



Cadastro
Conhecer
para incluir **Único**

MANIFESTO EM DEFESA DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os coordenadores estaduais do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e Programa Bolsa Família de todo o país vem manifestar, através deste, sua posição referente às possíveis mudanças no Cadastro Único e Programa Bolsa Família, sinalizadas pelo Ministério da Cidadania e veiculadas pela imprensa nacional.

Iniciamos o ano de 2021 com a sensação de que 2020 e suas “surpresas” continuam. Antes de encerrar o primeiro mês desse ano, foi publicada no portal de notícias Uol a matéria intitulada: “Governo quer reduzir papel de municípios para cortar custo do Bolsa Família”. Segundo a matéria, O Ministério da Cidadania quer priorizar o “autocadastramento” de usuários no CadÚnico por meio de um aplicativo para celular, nos mesmos moldes do que foi feito com o auxílio emergencial.

De acordo com a reportagem, evidencia-se a intenção do Governo Federal de emplacar mudanças de alto alcance social, no entanto, sem nenhuma análise e pactuação conjunta com os demais entes federados, Estados, Municípios e Instâncias de Controle Social, corresponsáveis pela gestão do Cadastro Único, deixando de valer os espaços deliberativos da Política Nacional de Assistência Social conforme preceitua a democracia brasileira.

Estarrecidos com a investida, nos manifestamos contrários às mudanças previstas para acontecer, justamente no mês de julho quando o CadÚnico completará 20 anos marcados por uma construção coletiva, respeito ao pacto federativo, às instâncias deliberativas do SUAS e descentralização político-administrativa.

Nesta perspectiva, sempre houve uma contribuição de forma democrática e republicana nos processos de aperfeiçoamento e mudanças do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

Considerando serem as informações cadastrais como dados sensíveis, de inviolabilidade do núcleo familiar onde, a disponibilidade destes poderá aumentar a vulnerabilidade das famílias, externamos a preocupação quanto a flexibilização das informações sigilosas de mais de 77 milhões de pessoas, que fere o disposto no art. 8º do Decreto nº 6.135 de 2007.

As propostas de mudanças para o autocadastramento por meio de um aplicativo vêm na contramão a tudo que foi construído ao longo destes anos, que representa uma política de estado e não de governo, pactuada entre os entes, conforme chancela via assinatura do Termo de Adesão entre Governo Federal, estados e municípios.



Cadastro
Conhecer
para incluir **Único**

Acerca das inovações tecnológicas, reconhecemos a necessidade na melhoria dos sistemas, nos processos e fluxos de trabalho, mas que estas tecnologias sejam incorporadas ao trabalho já realizado nos municípios na inclusão das famílias de forma democrática, e que colaborem no diagnóstico socioassistencial, implementação de políticas públicas.

O Cadúnico ao longo dos seus quase 20 anos tem se consolidado como uma porta de entrada para as políticas públicas, contendo o mapeamento qualificado das vulnerabilidades sociais de mais de 77 milhões de pessoas cadastradas, que saíram da invisibilidade e passaram a ter acesso a direitos, número maior que a população total de vários países como França, Itália, Coréia do Sul e Colômbia.

Robotizar a interação entre famílias e trabalhadores do Cadastro Único é destruir um dos papéis principais dos equipamentos da Assistência Social como os Centros de Referência - CRAS, hoje representados por mais de 8.400 unidades no país, que contam com uma rede nacional de assistentes sociais, gestores, coordenadores, entrevistadores sociais, digitadores, supervisores, entre outros profissionais envolvidos, que passam por processos de capacitação e habilitação ao longo dos anos com alto investimento do Estado brasileiro.

É no município que ocorre o protagonismo com os usuários das políticas públicas, e em momento de desmonte, a fragilização dessas políticas, minimiza a participação dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios no processo de gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

Outrossim, sabendo-se que o Brasil é um país extremamente desigual e o acesso a internet não é disponível para todos, como pudemos perceber com o Auxílio Emergencial, parte da população público alvo do Cadastro Único não possui smartphones e cultura na utilização de aplicativos, o que aumentaria a vulnerabilidade no cadastro destas famílias, favorecendo a intermediação por parte de terceiros apropriando-se das informações, principalmente no tocante ao público analfabeto.

Com esse manifesto, repudiamos a desconstrução de anos de gestão compartilhada e de diálogos colaborativos e demonstramos a nossa intenção de continuar o diálogo e a construção coletiva e pactuada com o Governo Federal e Municipal nos processos de melhorias na gestão do Cadúnico e do Programa Bolsa Família.

**Coordenadores Estaduais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família
dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal**